

Paulo César Nodari

Irenologia e polemologia.

Dois conceitos imprescindíveis à cultura de paz

ABSTRACT: *The objective of this article is to present the thesis that peace and violence cannot be treated as if they were natural human characteristics. The naturalization of peace our violence can bring some vices and sociocultural, educational and political damages that are at least very dangerous for everyone regarding the understanding of the lives of human beings and all other beings in the world. This article aims to support the thesis that the culture of peace does not come fortuitously and does not come about suddenly or from one moment to another, demanding, precisely for this reason, constant, continuous and permanent commitment and efforts from everyone, because violence, even if it is a possibility, is always on the verge of breaking out in many and diverse forms of manifestation. In this sense, we seek to develop the reflection of this article in two moments. Initially, we seek to analyze two important concepts of the culture of peace, namely, “irenology” and “polemology”, in order to, in a second moment, reflect and present the essential task of education for the culture of peace at all levels of education, be it personal, community, and also institutional. Finally, it points to the key idea that each human being as a citizen of the world needs to feel and become a potential educator, na artisan and a guardian of peace.*

KEYWORDS: *Irenology, Polemology, Peace, Violence, Culture.*

Por que a guerra e a paz são questões cada vez mais urgentes e emergentes em nossa sociedade? Por que a paz é tema recorrente em campanhas publicitárias? Por que a paz não pode ser simplesmente um *slogan* publicitário? Por que a guerra é uma das formas iminentes e eminentes de violência? Por que a paz não pode ser definida simplesmente como ausência de guerras? Por que a paz não pode ser compreendida apenas como concessão do Estado aos seus cidadãos? Por que a paz, refletida e pensada em um horizonte mais aberto e abrangente não se identifica, tão somente, com o equilíbrio pessoal, ou então, com a imperturbabilidade de espírito? Por que a paz exige atitude de comportamento do ser humano e está intrinsecamente relacionada à justiça, à igualdade e ao direito? Pois bem, dentre tantos questionamentos, essas são algumas das possíveis perguntas que envolvem a discussão a respeito da guerra e da paz. E dos questionamentos referenciados acima pergunta que não cala, então, é por quê? Por que a guerra e a paz sempre acompanharam e acompanham a história civilizacional?

A fim de legitimar tal questionamento, afirma-se com Aron que: “A guerra é de todas as épocas e de todas as civilizações.”¹, e, com Maine a guerra é tão antiga quanto à humanidade, e a paz, por sua vez, uma invenção moderna². Sobre tais questionamentos, como se sabe, não há respostas e reflexões simples e resolutivas de uma vez por todas. Há tentativas de respostas e proposições que muitos, no decorrer da história da civilização humana, buscaram. Entre as várias alternativas, algumas, certamente, obtiveram mais e outras menos repercussão, êxito e efetivação. Não se tem, aqui, por isso, a pretensão de analisar as múltiplas tentativas e tampouco apresentar a solução para uma tal complexa resposta, mas, tão-somente, situar, neste artigo, a perspectiva e a prospectiva da fundamentação de uma cultura de paz, buscando trabalhar, administrar e superar as tentativas, as forças e as muitas formas de violência, sejam elas explícitas ou implícitas, e, até mesmo, as mais subliminares, que passam quase sempre despercebidas. Busca-se, pois, a seguir, apresentar uma reflexão panorâmica acerca de dois conceitos basilares para a construção e confecção de uma cultura de paz, a saber, *irenologia* e *polemologia*, enquanto conceitos imbricados, e, por assim dizer, pertencentes um ao outro³.

1. Os conceitos de Irenologia e Polemologia

Irenologia, ou ciência da paz, é um vocábulo que surge do neologismo *Eirene* ou *Irene*, que, na mitologia grega, era a deusa da paz que, entre os gregos, fazia parte da Horas ou *Horae*, em referência às deusas gregas que representavam as estações do ano e a justiça natural. *Irenologia* seria, assim, a junção das palavras *Irene*, considerada, também, entre os gregos, passageira e temporária, e *logos*, que significa estudo, tratado, conhecimento, entendendo-se, por conseguinte, *irenologia* como a ciência que estuda a paz. A ciência denominada de *irenologia* busca concentrar os esforços na compreensão das causas dos conflitos, das tensões e das guerras, a fim de compreender mais e melhor a temática da paz nas diferentes culturas e diferentes demandas históricas. *Irenologia* é, pois, um conceito relativamente novo, enquanto estudo sistemático e organizado, tendo surgido e se desenvolvido como organização de pesquisa, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, não obstante, possa-se afirmar, sem sombras de dúvidas, que os conceitos *Eirene* ou *Irene* e *pax* já fossem utilizados, respectivamente, pelos gregos e pelos romanos.

Muito próximo ao conceito de *irenologia* está o conceito de *polemologia*. *Pólemo*, na mitologia grega, personificava a guerra, em um sentido geral, qualquer tipo de guerra, fosse ela territorial de âmbito interno ou externo. Sem entrar em muitos detalhes, Heráclito descreve *Pólemo* como o “rei de tudo” com a capacidade de trazer tudo à existência ou também a capacidade de aniquilar tudo⁴. Heidegger, ao interpretar *Pólemo* de Heráclito, considera-o como uma espécie de princípio de

1 Aron 2002, 219

2 Cf. Maine 1888, 8.

3 Cf. Nodari e Santos 2021, 53-58.

4 Cf. Fried 2000, 21.

diferenciação ou de separação. Em todo caso, *polemologia* é o estudo sistemático e organizado das guerras e de seus efeitos, com suas causas, formas, funções. O termo foi proposto pelo economista francês, Gaston Bouthoul (1896-1980), em seu livro, intitulado: *Cent millions de morts* (1946), no qual *polemologia* é definida como um ramo de estudo no campo das ciências políticas que pressupõe a tese de que é possível e razoável entender os conflitos e as guerras não simplesmente como fenômenos naturais inevitáveis, mas como temas de estudo, e, por conseguinte, de administração e de abandono, quando da disposição e da boa vontade de estudo, de diálogo, de escuta dos envolvidos, e, enfim, por meio do diálogo e da utilização de mecanismos jurídicos de regulação da relação entre povos e Estados. Segundo Bouthoul, a guerra representa, sem dúvida, o mais espetacular dos fenômenos sociais⁵. Em outras palavras, as guerras, como forma violenta de resolver conflitos, não são um estado duradouro de política internacional, mas, infelizmente, pode-se afirmar que são formas de solução de emergência em situações sem saída. As guerras são o resultado de certas condições sociais, culturais e políticas que a preparam e a suscitam. De alguma maneira, a guerra é uma consequência, isto é, uma explosão social. Todas as guerras têm um caso desencadeante, uma espécie de “casus belli”, ou seja, ocasião para a guerra⁶.

Na história da *polemologia*, segundo Bouthoul, aceita-se a ideia de que se trata de uma área de estudos multidisciplinares desafiadores que determinam e solicitam o recurso a múltiplas áreas das ciências sociais com a pretensão de compreender o fenômeno sociocultural da guerra, seus ciclos, suas funções e formas de resolução. Dito de forma mais simples, tratar-se-ia de uma tentativa de estudar a guerra, ou seja, as causas e as motivações das guerras, a fim de, paulatina e progressivamente, melhor compreender não somente as razões que levam os homens e os Estados a entrarem em guerra, a fim de pesquisar e preparar ambientes e espaços de convivência e de paz. Segundo Gray, a guerra e o medo da guerra marcaram as relações internacionais dos últimos séculos, constituindo-se, por sua vez, como que uma estratégia histórica nas relações internacionais⁷.

A *irenologia*, ciência da paz, é umas das áreas que constitui os estudos de segurança, tal como a *polemologia*, que tem como objeto o estudo dos conflitos armados com a finalidade de os moderar, prevenir ou reduzir, isto é, tem como postulado-base que as guerras constituem uma patologia social que precisa ser estudada, e, quem sabe, erradicada, ainda que se possa afirmar ser a guerra tão velha quanto o velho é o próprio ser humano. A *irenologia* é definida por G. J. Starke⁸ como o corpo de teorias, conceitos, hipóteses, princípios, generalizações, leis gerais, deduções e proposições formuladas sobre o tema da paz, dirigido a identificar forças e condições que, desde uma perspectiva positiva, de um lado, ajuda na manutenção de um regime pacífico, e, desde a ótica negativa, de outro lado, pode ser destruidor do mesmo. Como se pode constatar, desde já, tanto

5 Cf. Bouthoul 1975, 5.

6 Cf. Redorta 2021, 119.

7 Cf. Gray 2007, 1.

8 Cf. Starke 1968.

a guerra como a paz não podem ser definidas como naturais. Assim, segundo Michael Howard: “a paz não é para a humanidade uma ordem natural: é artificial, delicada e extremamente instável.”⁹. Portanto, se a guerra está profundamente ligada à atividade humana e ao que é exclusivo do ser humano, a paz não pode ser tida como um objetivo simples, fácil, circunstancial ou extemporâneo. Para Clausewitz, ainda que a luta entre os homens se fundamente sobre dois diferentes elementos, a saber, o *sentimento hostil* e a *intenção hostil*, e esta segunda é a que caracteriza mais propriamente a guerra, uma vez ser um conceito mais amplo, abrangente, complexo e geral. Trata-se, pois, de um ato de violência que perdura ante à duração e à complexidade dos interesses em conflito¹⁰.

A busca pela superação dos conflitos bélicos e a educação para a cultura de paz exigem esforços contínuos, múltiplos e progressivos, porque a proposição de paz alicerçada sobre a justiça e o direito exigem muitíssimo mais do que a ausência de conflitos bélicos e de formas de violência, seja ela direta, estrutural ou cultural. Em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, o norueguês Johan Galtung, uma das lideranças mais notáveis na busca pelo desarmamento mundial e fundador do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI¹¹), idealizador e incentivador da publicação do *Journal of Peace Research* (*Jornal de Pesquisa de Paz*)¹², pressupõe que a paz seja, também, a condição para que os conflitos possam ser transformados criativamente e de forma não violenta, isto é, cria-se a paz na medida em que é possível transformar os conflitos em cooperação, de forma positiva e criadora, reconhecendo os opositores e aplicando uma metodologia de diálogo. A tese fundamental é que as culturas e as estruturas violentas não podem ser solucionadas mediante a violência ou com mais violência, pois a mesma levaria a novas estruturas violentas, o que, ademais, reforçaria a estrutura e a espiral de violência. A forma de romper esse círculo vicioso é antepor uma cultura e uma estrutura de paz, na qual haja mecanismos e meios para dissolver e resolver os conflitos por vias e meios não violentos¹³.

2. A paz como desafio e missão

Nenhuma época teve noções tão variadas e numerosas sobre o ser humano como a atual. Época alguma conseguiu, como a atual, apresentar o seu conhecimento acerca do ser humano de um modo tão eficaz e fascinante, nem comunicá-lo de um modo tão fácil e rápido. Mas também é verdade que nenhuma época soube menos que a nossa quem de fato é o ser humano. Nunca, como hoje, o ser humano assumiu um aspecto tão problemático¹⁴. Alcançou-se uma idade áurea no que

9 Cf. Howard 2004, 14.

10 Cf. Clausewitz 1970, 21.

11 *Instituto de Pesquisas de Paz de Estocolmo*.

12 Cf. Guimarães 2005, 62.

13 Cf. Galtung 1996.

14 Cf. Oliveira 1993, 153-173.

diz respeito, especialmente, às comodidades de infraestrutura de vida cotidiana, às facilidades de transações financeiras, à rapidez de comunicação, às invenções tecnológicas em todos os segmentos e áreas científicas, às especializações do saber até nos seus mínimos detalhes, às publicações impressas e digitais sobre todas as áreas do conhecimento. Vive-se uma época de conhecimentos e crescimento na consciência dos valores humanos fundamentais, inclusive, sabendo da importância da efetivação dos direitos humanos, já oficializados, na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, mas, paradoxalmente, vive-se uma época em que cada vez mais vê-se progredir e se alastrar mundo afora o desrespeito, a intolerância, os mais diversos fundamentalismos, as agressões, os atentados, as guerras civis e militares¹⁵.

A pergunta que não cala, então, é: por quê? Para essa pergunta, como se sabe, não há respostas e resoluções simples e fáceis. É uma resposta que muitos autores, no decorrer da história da civilização humana, buscaram. Inobstante não se aprofunde aqui a análise do pensamento, quer-se lembrar alguns autores que, de um modo ou de outro, pensaram a paz ao longo da história. Platão, por exemplo, pensa uma utopia política como modelo fundamental, sem, todavia, pensar a ligação e a fundamentação jurídica com outras Cidades-Nação (*República*, 373e – 374a)¹⁶. Aristóteles, no seu livro sobre a *Política*, defende a doutrina da *guerra justa* em caso de desforra de um direito ou no caso de autodefesa (*Política*, II, 1267a; VII, 1534a – 1535a)¹⁷.

Fazendo uma referência e um salto abrupto, pode-se pensar, também, aqui, no período da hegemonia do Império Romano. Além de dar continuidade à compreensão da *guerra justa* em caso de desforra de um direito e de autodefesa, tem-se a compreensão de que a paz provém do estado, isto é, como concessão e desejo do estado, e, numa palavra, significa segurança, estabilidade e ordem. Para Agostinho, a paz só pode ser alcançada com a vontade de cada um encontrar a verdadeira posição na ordem hierárquica do mundo, concedendo o reconhecimento do emprego da violência bélica como meio para restabelecer e manter a paz (*Cidade de Deus*, XIX, 12)¹⁸. Para Tomás de Aquino, a verdadeira paz só pode estar no bem e em relação aos verdadeiros bens (*Summa Theologica*, II, 2, qu. 29, art. 2)¹⁹, ou seja, a verdadeira paz não deve estar apenas ligada às ações, mas também à alma do ser humano, que deve conhecer os bens verdadeiros, e, ao perguntar-se se a guerra é sempre pecado, ele responde que há uma tríplice condição: a autoridade do príncipe, uma causa justa e uma intenção reta de promover o bem e evitar o mal (*Summa Theologica*, II, 2, qu. 40).

No período do humanismo renascentista, encontram-se alguns nomes muito importantes. Dentre tantos autores, podem ser destacados alguns. Thomas More, 1516, com sua obra, *Utopia*, idealiza uma sociedade igualitária, na qual toda propriedade é comum e na qual as pessoas vivem em harmonia, livres da violência e da intolerância. Nicolau de Cusa escreve o *De pace fidei* (1453) num

15 Cf. Arendt 2004, 281.

16 Cf. Platão 1997.

17 Cf. Aristóteles 1991.

18 Cf. Agostinho 1990.

19 Cf. Aquino 1980-1981.

período em que a maioria esboçava uma reação cristã no contexto da conquista otomana de Constantinopla, escreve um texto, a fim de estimular não a guerra, mas o diálogo. Erasmo de Roterdã, em seu texto, intitulado, *Querela pacis*, de 1725, deixa a própria paz reclamar e interpretar a humanidade sobre a razão de fazer guerras, uma vez que a guerra é contrária à natureza e à religião. Hugo Grotius, por sua vez, escreve *De jure belli ac pacis*, de 1625, que postula um direito comum a todos os povos, válido para a guerra e na guerra, de forma que ela só possa ser desenvolvida de acordo com normas explícitas, argumentando, assim, contra a doutrina da *guerra justa* e possibilitando a doutrina da mediação e da arbitragem nas questões de guerra e paz, estabelecendo, portanto, um direito de paz para toda a humanidade²⁰. Hobbes escreve o *Leviatã*, de 1651, formulando sua conhecida teoria da autoridade do estado. Para esse autor, a paz é a predominância da não-violência, o que significa não apenas a ausência de violência, mas também a proteção contra a iminência e o risco de uma guerra de todos contra todos, sendo, por isso, a paz compreendida e possível tão-somente no contexto do Estado, pois no estado natural reina a guerra de todos contra todos. Em Hobbes, é inconcebível a paz sem o Estado²¹. Locke escreve o *Segundo Tratado sobre o governo civil*, de 1690, e dá ênfase ao papel do Estado na consecução da paz, ou seja, tem a obrigação e o objetivo de zelar pela paz, segurança e bem comum do povo²².

Kant, por sua vez, é também um pensador político e não apenas o escritor da famosa e volumosa obra *Crítica da razão pura*²³. A palavra que consta no título de: *À paz perpétua*²⁴, ainda que marginalizada das obras políticas, entra, com Kant, definitivamente no debate político. Talvez, se possa afirmar a tese de que, com Kant, a paz toma novo impulso. É bem verdade que Kant se situa não como o único escritor da paz, pois, como supracitado, em seu tempo, muitos outros já haviam escrito, incluindo autores como Rousseau, Abbé de Saint-Pierre, depois, Hegel e etc. O que é certo é que Kant dá à paz um novo *status*, sobremaneira, nos âmbitos político e jurídico. A paz tem doravante a ver com a relação dos indivíduos entre si, dos estados entre si e dos indivíduos com outros estados. Com isso, pode-se afirmar que Kant é, além de um grande filósofo, também um pensador político²⁵, precisamente, porque ele toma o pensamento político de sua época e procura dar conta de um projeto ambicioso de fim das guerras e início de um tempo pacífico²⁶.

20 Cf. Merle 2004, 31-42.

21 Para Hobbes, o estado de natureza é o estado de guerra de todos contra todos: "*bellum omnium contra omnes*". Hobbes 1979, 75.

22 Cf. Locke 1973.

23 Cf. Kant 1980.

24 Cf. Kant 1995.

25 Cf. Nodari 2014. O contratualismo moderno de Hobbes, Locke, Rousseau e Kant é o referencial teórico de análise desse livro. Kant recebe acento especial neste estudo, que busca investigar e fundamentar a possibilidade da paz e suas conseqüentes e possíveis implicações à ética, ao direito e à política, tanto no que diz respeito à respectiva época dos autores estudados, como também ao momento atual, caracterizado e marcado, eminentemente, pela globalização, pela tecnociência e por diferentes tipos de violência.

26 Cf. Guimarães 2005, 92-128.

Pensando ainda um pouco mais próximo aos séculos XX e XXI, muitas outras tentativas e iniciativas foram tomadas, para que houvesse o pensamento e a ação contra os conflitos bélicos e também contra as guerras, sendo que algumas obtiveram algum êxito e ganharam amplitude em termos de repercussão. Não se tem, por isso, aqui a pretensão de apresentar a solução para tal questão, mas basta situar a resposta na perspectiva e linha de pensamento que afirmam ser possível a fundamentação da *ciência da paz*, e, conseqüentemente, de uma *cultura de paz*. Quer-se, portanto, lembrar alguns aspectos importantes que fazem e jus à determinação da *ciência da paz*. Lembram-se, especialmente, no final do Século XIX e início do Século XX, os diversos estudos por ocasião tanto da Primeira Guerra, quanto também da Segunda Guerra mundiais. Entre tantos, citam-se os estudos de alguns filósofos muito conhecidos e os textos por eles escritos, tais como: Max Scheler (1874-1928), *A ideia da paz perpétua e o pacifismo*; Maurice Blondel (1861-1949), *A luta pela civilização e filosofia da paz*; Karl Jaspers (1883-1969), *Verdade, liberdade e paz*, e também, *A bomba atômica e o futuro do homem*; Ortega y Gasset (1883-1955), *Quanto ao pacifismo*; Bertrand Russel (1872-1970), em diversos artigos por ele escritos a favor, demonstrando e fundamentando seu engajamento em favor da paz.

A referência a tais textos e à situação em que se encontrava a humanidade como um todo, mas, sobremaneira, a Europa, depois do fim da assim denominada Segunda Guerra, constitui-se uma ciência para estudar a paz, a guerra e os conflitos. Essa nova ciência foi denominada de *polemologia* por alguns, na medida em que se buscava estudar a razão dos conflitos e as causas e as formas das guerras, como também, por outros, de *irenologia*, ciência da paz, ou ainda, por seu nome em inglês, *peace research*, constituindo-se, por conseguinte, como a pesquisa sobre a paz. Diversos centros de pesquisa dedicaram-se ao tema e avanços foram sendo assinalados na direção dessa temática²⁷. Com a formação, a organização e a fundação de grupos e institutos de pesquisa para a paz, tais como a fundação dos já citados *Instituto de Pesquisas de Paz de Estocolmo*, do *Jornal de Pesquisa de Paz* por Johan Galtung, ou da criação do *Instituto Francês de Polemologia* por Gaston Bouthoul. Esses forma passos muito importantes para o enfrentamento dos desafios impostos por essa problemática²⁸.

Pode-se afirmar que a pesquisa sobre a guerra e sobre a paz não se constitui simplesmente na busca por conhecer mais um objeto de estudo entre tantos outros. Ou seja, não se trata mais uma pesquisa entre tantas outras. O foco enquanto tal não está no objeto em si pura e simplesmente. Centra-se e focaliza-se muito mais no processo de estudo e nos efetivos encaminhamentos e atitudes de quem precisa, de fato, paulatina e progressivamente, deixar-se transformar e tornar possível a transformação no modo de pensar, viver e conviver. Logo, estuda-se tanto a guerra, quanto a paz não apenas para contabilizar e tornar notórias as pesquisas e

27 Cf. Guimarães 2005, 20.

28 “El programa científico de Bouthoul pretende desencantar el fenómeno guerra, desacralizando al mismo tiempo la paz y la política. En este sentido, su actitud es la desmitificadora del realista político. ‘Elucidar es exorcizar’” Cano 2014, 201.

estatísticas, mas, muito mais, para trabalhar e lutar por uma vigência de paz mais ampla e abrangente e para convertê-la na principal prática das pessoas em sua convivência. Busca-se, pois, conhecer sempre mais sobre a paz, a fim de lograr sua mais ampla e permanente vigência, tanto em nível individual, quanto social, e, também, mundial. Nessa perspectiva, todos os investigadores para a paz refletem acerca da violência enquanto antônimo da própria paz e o fazem com a finalidade principal de evitá-la, de transformá-la e de suprimi-la, a fim de que cada vez menos seja a violência praticada no mundo²⁹.

Decorrentes dos sinais propositivos advindos, sobretudo, das pesquisas do século XX, pode-se afirmar a importância do surgimento, da concepção e do esclarecimento acerca de alguns conceitos imprescindíveis para a cultura de paz. Quer-se destacar, sobremaneira, aqui a urgência da distinção entre paz negativa, paz positiva e o conceito de não violência. A paz negativa é a concepção de paz predominante no mundo ocidental, a qual põe em evidência e ênfase a ausência de guerra, a ausência de violência direta. Segundo essa concepção, a paz significaria a ausência de conflitos e de guerras, constituindo-se, portanto, em um esforço para evitar conflitos armados. Esse tipo de paz esteve fortemente predominante no fim do século XX e início do século XXI, ainda que a mesma fosse muito obscura e perigosa, uma vez que é muito comum encontrar em ambientes marcados por esse tipo de paz o abuso, a opressão, a corrupção e a injustiça indireta e tácita³⁰. A outra definição de paz supõe uma relação mais direta e vinculada ao conceito de justiça, direitos humanos e democracia. A paz positiva supõe um nível reduzido de violência direta e um nível elevado de justiça. É por meio da paz positiva que se persegue a harmonia social, a igualdade, a justiça, e, portanto, a transformação radical da sociedade³¹. O conceito de paz positiva é um salto importante na concepção de paz, pois permite avançar de uma concepção de paz negativa, na qual haveria a ausência de violências e conflitos para uma concepção de uma paz positiva, na qual os próprios conflitos podem ser oportunidade e ocasião para a não violência, conceito este imprescindível e irrenunciável para as pesquisas para a paz, porque a descoberta do conceito de não violência permite compreender a noção de paz de maneira nova: “a noção de não violência nos ajuda a redefinir e dar novos significados à noção de paz.”³² Mas, afinal, o que vem a ser a não violência³³?

Para entender a noção de não violência, segundo Guimarães, é preciso compreender que a concepção de não violência defronta-se com a situação de injustiça ou do mal, indo além de toda passividade e até mesmo de toda indiferença³⁴. A passividade é a aceitação tácita de uma situação sem assumir a responsabilidade diante de tal situação. Dentre as razões da passividade, encontram-se o medo de se opor à injustiça e a complexidade das situações que nos rodeiam, aceitando certo sentimento de desamparo. Ocultar ou dissimular os conflitos, as injustiças

29 Cf. Sotelo 2013, 20.

30 Cf. Arteaga, Hernández e Candena 2017, 153.

31 Cf. Arteaga, Hernández e Candena 2017, 153.

32 Guimarães 2019, 67.

33 Cf. Perine 2021, 181-184.

34 Cf. Guimarães 2019, 44-69.

e as violências contribui para mantê-las, reforçá-las e até mesmo para aumentá-las, justamente, porque, segundo Arendt, a violência tem um caráter instrumental poderoso³⁵. A não violência também é oposta à atitude denominada de contra-violência, isto é, à atitude que consiste em se opor à injustiça com meios violentos. A contra-violência é frequentemente adotada, porque não se conhece outras formas de luta contra a injustiça. A não violência, por sua vez, adota uma perspectiva bem diferente: ela recusa categoricamente a passividade e a contra-violência. Ela constitui uma forma de resistência ou de revolução, sem cair na armadilha e seara da violência. A não violência é caracterizada pela completa ausência de qualquer desejo de querer prejudicar alguém e a outrem e por uma benevolência para com todos os seres vivos. Trata-se, portanto, da recusa de qualquer forma de ódio e do uso da violência para fazer face à violência, pois o resultado não corresponderia a seu objetivo, mas, ao contrário, contribuiria para reforçar a espiral de violência. Enfrentar a violência com a violência ainda é permanecer sob o seu controle. Por conseguinte, a única maneira de resistir à violência é destruir sua atração, começando por se abster de reforçá-la. Assim, a não violência recusa de forma absoluta qualquer recurso à violência ou ao ódio e à vingança. Segundo Guimarães, a partir da concepção de Gandhi da não violência, não fazer mal a alguém ou a outrem ainda não expressa toda a amplitude da não violência. O não violento não é somente aquele que não faz violência, mas, acima de tudo, aquele que faz justiça com a própria atitude de não violência. Por essa razão, a outra expressão da ação é ativa e construtiva, ou seja, é a “força do amor”, ou então, “a força da alma”. A não violência proposta por Gandhi também é chamada de “não violência ativa”, devido ao seu viés construtivo. Ele acreditava que seria possível “vencer o mal pelo bem”, “vencer a ira pelo amor”, “vencer a mentira pela verdade”, por meio da cooperação, e, também, da desobediência civil³⁶.

Com a criação da Unesco, em 1945, segundo Cunha, a cultura de paz será colocada no centro das ações e dos estudos das Nações Unidas. A partir do pressuposto inspirador de que se o espírito guerreiro edifica-se na mente das pessoas, será então nessas mentes que residem esperanças de cenários de paz, com a crença, portanto, no poder de uma educação norteada pelos princípios de liberdade e democracia³⁷. Nessa perspectiva, sinais muito significativos e expressivos da efervescência da *cultura de paz* foram, também, as duas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, respectivamente, a *Resolução 52/125*, de 20 de novembro de 1997: declarando o ano de 2000 como o *Ano internacional por uma cultura da paz*, e a *Resolução 53/25*, de 10 de novembro de 1998, declarando

35 Cf. Arendt 2016, 63.

36 Quando se descobre que a violência é uma perversão radical da relação do sujeito com a humanidade, isto é, com a própria humanidade e com a humanidade do outro, percebe-se que a contraposição precisa ser um não categórico. Descobre-se que a não violência precisa ser anterior e superior à violência. A não violência não é a conclusão de um raciocínio, não é uma dedução, mas sim uma opção da razão. A recusa em reconhecer a legitimidade da violência instaura o conceito de não violência. Cf. Guimarães 2019, 44-69.

37 Cf. Cunha 2021, 221.

2001-2010, a *Década internacional para uma cultura de paz e não-violência para as crianças do mundo*³⁸. Ainda para constar, poder-se-ia citar, aqui, em perspectiva de construção de uma sociedade mundial justa, pacífica e cidadã, a *Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas*. Certamente, o compromisso e a responsabilidade com os 17 objetivos traçados e assumidos para o desenvolvimento sustentável do clima, em 2015, em Paris, foram pensados e escritos para auxiliar e incentivar ainda mais a construção de uma sociedade mais justa e pacífica. Mas, infelizmente, a efetivação de tais objetivos e compromissos assumidos pelos próprios países signatários está muito aquém da proposição e acordo assumidos.

3. Considerações finais

Para o propósito da elaboração deste artigo sobre *irenologia e polemologia* é imprescindível e inadiável a consciência de que se faz necessário discutir, refletir, capacitar e habilitar as pessoas para a discussão e efetivação de uma *cultura de paz*³⁹, não obstante se viva em tempos difíceis em que o próprio ato de educar torna-se um processo complexo e problemático, exatamente, porque a complexidade no ambiente educacional vem problematizando-se, continuamente, tanto por fatores internos (diversidade cultural dos estudantes, choque de valores entre os diferentes setores da comunidade educacional, expansão das teorias tecnocráticas, etc.) como também, por fatores externos que acompanham e condicionam o processo educacional (diversidade social e cultural, perda do valor da educação em amplas camadas da sociedade, relativismo niilista⁴⁰, perda de valores, consumismo, aumento da exclusão social, insegurança urbana, precarização do trabalho, incerteza social, etc.).

O mais importante, enfim, é salientar a urgência e a iminência de assumir – sem protelações – em todos os níveis de formação e educação que a cultura de paz e de não violência precisa ser compreendida não, mera e simplesmente, como dada, mas, antes, como exigência e compromisso responsável: enquanto um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida, embasados no respeito à vida, no fim da violência, na promoção e na prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; enquanto respeito pleno e promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; enquanto compromisso com a resolução pacífica dos conflitos; enquanto adesão aos princípios, tais como, liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, pluralismo, diversidade cultural e cidadania mundial. Por isso, não se pode aceitar passivamente a violência. Faz-se urgente, então, indignar-se diante de gestos e atitudes de agressão e de violência, sejam eles cometidos por quem for e em circunstâncias quaisquer. É compromisso inadiável de cada um e de todos. É a capacidade de assumir com responsabilidade os conflitos existentes e emergentes, buscando resolvê-los sem causar mais violência. E isso significa assumir com convicção e paixão a educação

38 Cf. Guimarães 2005.

39 Cf. Jares 2007, 11.

40 Cf. Oliveira 2018.

como possibilidade de instauração da paz. Afinal, cada cidadão é, de um modo ou de outro, um potencial educador, um artesão e um guardião de paz.

Bibliografia

- Agostinho. 1990. *A cidade de Deus: contra os pagãos*. Tr. es. Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes.
- Aquino, Tomás de. 1980-1981. *Suma Teológica*. Costa Rovílio, De Boni Luis Alberto, a cura di. Tr. es. Alexandre Corrêa. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora.
- Arendt, Hannah. 2004. *A condição humana*. Tr. es. Roberto Raposo. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- . 2016. *Sobre a violência*. Tr. es. André Duarte. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Aristóteles. 1991. *Política*. Tr. es. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes.
- Aron, Raymond. 2002. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tr. es.: Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Arteaga, Isabel Hernández, Hernández José Alberto Luna, y Martha Cecilia Candena. 2017. “Cultura de paz: una construcción desde la educación”. *Rev. Hist. Edu. Latinoam.* V. 19, n. 28: 149-172.
- Bouthoul, Gaston. 1946. *Cent millions de morts*. Editions Sagittaire.
- . 1975. *La Guerra*. Roma: Editore Armando Armando.
- . 1968. “La polémologie et la solution des conflits”, *Impact: Science et Société XVIII*, n. 2: 113-120.
- . 1970. *Traité de polémologie. Sociologie des guerres*. Paris: Payot.
- Cano, Jerónimo Molina. 2014. “Gaston Bouthoul y el fenómeno-guerra”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 109: 197-224.
- Clausewitz, Carl Von. 1996. *Da Guerra*. Tr. es. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes.
- Cunha, Célio. 2021. “Paz” in *Dicionário de cultura de paz*, Nodari Paulo César, Síveres Luiz, a cura di. Volume 2. Curitiba: CRV: 219-225.
- Fried, Gregory. 2000. *Heidegger's Polemos: From Being to Politics*. Yale University Press.
- Galtung, Johan. 1996. *Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization*. Oslo: International Peace Research Institute.
- . 2006. *Transcender e transformar. Uma introdução ao trabalho de conflitos*. Tr. es. Antonio Carlos Silva Rosa. São Paulo: Palas Athena.
- Guimarães, Dom Irineu Rezende. 2019. *Correspondência com Irene. Meditações de um cristão sobre a paz e a não violência*. Tr. es. Pergentino Stefano Pivatto. Caxias do Sul: Educs.
- . 2005. *Educação para a paz. Sentidos e dilemas*. Caxias do Sul: Educs.
- Höffe, Otfried. 2004, a cura di. *Immanuel Kant. Zum ewigen Frieden*. Zweite Auflage. Berlin: Akademie Verlag.

- Howard, Michael. 2004. *A invenção da paz. Reflexões sobre a guerra e a ordem internacional*. Tradução do inglês: Gonçalo Annes. Lisboa: Guimarães Editores.
- Jares, Xesús R. 2007. *Educar para a paz em tempos difíceis*. Tradução do espanhol: Elizabete de Moraes Santana. São Paulo: Palas Athena.
- Kant, Immanuel. 1980. *Crítica da razão pura*. Tradução do alemão: Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural.
- . 1995. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução do alemão: Artur Mourão. Lisboa: Edições 70.
- Maine, Henry. 1888. *International law*. London: John Murray.
- Merle, Jean-Christophe. 1995. “Zur Geschichte des Friedensbegriffes vor Kant. Ein Überblick”, in *Immanuel Kant. Zum ewigen Frieden*, Höffe Otfried, a cura di. Berlin: Akademie Verlag: 31-42.
- Muller, Jean-Marie. 2006. *Não-violência na educação*. Tr. es. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena.
- . 2007. *O princípio da não-violência. Uma trajetória*. Tr. es. Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena.
- Nodari, Paulo César. 2014. Ética, direito e política. *A paz em Hobbes, Locke, Rousseau e Kant*. São Paulo: Paulus.
- Nodari, Paulo César, e Luiz Síveres, a cura di. 2021. *Dicionário de cultura de paz*. Volume 1. Curitiba: CRV.
- . 2021. *Dicionário de cultura de paz*. Volume 2. Curitiba: CRV.
- Nodari, Paulo César e Santos, Janete Cardoso dos. 2021. “Irenologia” in *Dicionário de cultura de paz*, Nodari, Paulo César, Síveres Luiz, a cura di, Volume 2. Curitiba: CRV: 53-58.
- Oliveira, Jelson. 2018. *Negação e poder: do desafio do niilismo ao perigo da tecnologia*. Caxias do Sul: EducS.
- Oliveira, Manfredo Araújo de. 1993. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola.
- Platone. 1997. *Tutti Gli Scritti*. A cura di Giovanni Reale. Milano: Rusconi.
- Perine, Marcelo. 2021. “Não violência” in *Dicionário de cultura de paz*, Nodari, Paulo César e Síveres, Luiz, a cura di. Volume 2. Curitiba: CRV: 181-184.
- Redorta, Josep. 2021. “Si quieres la paz, conoce la guerra”. *Revista Latinoamericana. Estudios de la Paz y el Conflicto*. V. 2, N. 4: 116-128.
- Röling, Bert V. A. 1968. “La recherche sur la paix, science de la survie”. *Impact: Science et société*. Vol. XVIII, N. 2: 79-194.
- Sotelo, Daniel Oviedo. 2013. “Eco(bio)lencia, irenología y lucha por la paz en nuestro mundo único”. *Iztapalapa. Revista de Ciências Sociais y Humanidades*. n. 74: 41-82.
- Starke, J. G. 1968. *An Introduction to the Science of Peace (Irenology)*. Leyden: A. W. Sijthoff.
- Walzer, Michael. 2004. *A guerra em debate*. Tr. es. Luísa Feijó. Lisboa: Livros Cotovia.